



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
PROCESSO TC Nº: 15100037-2 (EXERCÍCIO 2014)			
CUMPRIR OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS VIGENTES, EM ESPECIAL QUANTO AO REPASSE DE DUODÉCIMO À CÂMARA MUNICIPAL.	Corrigido	o município cumpriu com as determinações legais quanto ao repasse dos duodécimos, observando também as datas estabelecidas.	O setor financeiro vem observando com rigor as datas e os valores a serem transferidos para o legislativo.
ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DA MUNICIPALIDADE JUNTO AO RGPS, DE MODO QUE HAJA SEGURANÇA JURÍDICA DO CONJUNTO DOS SEGURADOS QUE SE ENCONTRAM FILIADOS AO REFERIDO SISTEMA E NO PLENO GOZO DOS SEUS DIREITOS, BEM COMO A GARANTIA AO MUNICÍPIO DE QUE NÃO HAVERÁ FORMAÇÃO DE PASSIVOS FUTUROS	implantado	Tem o setor de recursos humanos juntamente com o financeiro acompanhado o envio de informações e processamento dos pagamento mensalmente, inclusive a gestão fez alguns parcelamentos de débitos visando a garantia dos servidores.	A gestora acompanha todos os meses os pagamentos das guias de GPS, cuidando para que o cada servidor não venha a ficar prejudicado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

CAPAZES DE AFETAR O EQUILÍBRIO DE SUAS CONTAS E O CUMPRIMENTO DE SUAS METAS FISCAIS			
EXIGIR DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS A CORRETA E TEMPESTIVA CONTABILIZAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS JUNTO AO RGPS, EVITANDO O PAGAMENTO DE MULTAS E JUROS (DECORRENTES DOS REPASSES INTEMPESTIVOS), ASSIM COMO O AUMENTO DO PASSIVO DO MUNICÍPIO.	implantado	Tem o setor de recursos humanos juntamente com o financeiro acompanhado o envio de informações e processamento dos pagamento mensalmente, inclusive a gestão fez alguns parcelamentos de débitos visando a garantia dos servidores.	A gestora acompanha todos os meses os pagamentos das guias de GPS, cuidando para que o cada servidor não venha a ficar prejudicado.
ENVIAR O PROJETO DE LEI DA LDO ATÉ A DATA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE	implantado	O setor de contabilidade do município tem cuidado de forma efetiva para não perder as datas de envio dos referidos projetos de Leis.	No exercício de 2017, foi observadas as datas de envio de cada projeto Lei.
ATENTAR PARA O ATENDIMENTO PLENO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LRF, QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E APRESENTAR TODOS OS	implantado	O município atendeu a legislação vigente no ato da elaboração da LDO, para o exercício de 2018.	Seguindo as determinações legais estabelecidas pela LRF, o município vem aprimorando os demonstrativos cuidando alcançar os requisitos legais.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

DEMONSTRATIVOS DEVIDOS QUANTO À ELABORAÇÃO DA LOA			
PROMOVER AÇÕES PARA QUE NÃO HAJA DÉFICIT DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO, HAJA VISTA O REGISTRADO EM 2014, VISANDO O EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO MUNICÍPIO, ASSIM COMO PARA DEVIDA EVIDENCIAÇÃO TRANSPARENTE DA DESPESA POR FONTE DE RECURSO.	Implantado parcialmente	Em virtude de o município ter encontrado compromissos das gestões anteriores, houve dificuldade para cumprimento na sua totalidade do item requerido.	Em virtude de o município ter encontrado compromissos das gestões anteriores, houve dificuldade para cumprimento na sua totalidade do item requerido, esforços tem sido feito para corrigir tal situação.
DISCIPLINAR ADEQUADAMENTE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS QUE DEVE SER UMA EXCEÇÃO, INCLUSIVE COM A EMISSÃO DE NOTA EXPLICATIVA	Implantado parcialmente	o município tem implantado medidas de redução de gastos visando diminuir a inscrição de restos a pagar	O município de Jatobá no exercício de 2017, privou-se de ações diversas visando diminuir a inscrição de restos a pagar, objetivo não plenamente alcançado.
REGULARIZAR A DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO, PROMOVENDO A SUA EFETIVA COBRANÇA E ARRECADAÇÃO (VIDE ITEM 2.2.2 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA)	Em andamento	Em fase de estudo para implantação de um sistema mais eficiente.	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ZELAR PELA CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE MODO QUE EVIDENCIEM A REAL SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO, PROMOVENDO, SE FOR O CASO, TREINAMENTO DO PESSOAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS	Implantado	Tratamos dos relatórios de 2017, onde foi implantado uma modalidade que permite facilitar a transparência na apresentação dos dados.	Em meio as dificuldades encontradas pelo setor contábil, o município tem procurado zelar pela transparência e confiabilidade dos relatórios apresentados aos órgãos competentes.
FORTALECER O CONTROLE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE REGISTRO DOS FATOS ADMINISTRATIVOS QUE TÊM REPERCUSSÃO NO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, DE MODO QUE ATENDAM ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – NBCASP EDITADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	Em implantação	O município está implantando sistemas de ajuste no patrimônio para atender as Normas Brasileiras Aplicadas a Contabilidade Pública.	
ELABORAR OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS, EM CONSONÂNCIA COM AS NORMAS CONTÁBEIS VIGENTES, OBSERVANDO	Implantado	O setor contábil tem observado as mudanças na legislação	O setor de contabilidade tem implantado ações visando atender aos requisitos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

O DISPOSTO NOS ARTIGOS 85 E 89 DA LEI FEDERAL NO 4.320/64, EVITANDO INCONSISTÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS VALORES NELES CONTIDOS			
PROCEDER AO LEVANTAMENTO DA NECESSIDADE DE PESSOAL NAS ÁREAS QUE ESTÃO COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS EM ANDAMENTO, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SUBSTITUIR TAIS VÍNCULOS POR SERVIDORES EFETIVOS, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E AOS PRINCÍPIOS GERAIS BALIZADORES DA ATIVIDADE.	Em análise	Por motivo de se tratar de uma gestão que está iniciando, será feito levantamento dos contratos para atender as recomendações	
ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE MELHORAR OS ÍNDICES DE GESTÃO DA SAÚDE (COBERTURA DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA, QUANTIDADE DE	Em análise	Por motivo de se tratar de uma gestão que está iniciando, será feito levantamento dos contratos para atender as recomendações	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MÉDICOS POR HABITANTE, TAXAS DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA E DE MORTALIDADE INFANTIL) VERIFICADOS NO MUNICÍPIO			
ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CONFORME EXIGÊNCIAS DAS NORMAS EM VIGOR, QUE TRATAM DA GESTÃO AMBIENTAL.	Em análise		
ERRADICAR A DISPOSIÇÃO AMBIENTALMENTE INADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (E.G. LIXÕES, ATERROS CONTROLADOS, BOTA FORAS), PARA QUE O MUNICÍPIO POSSA DESFRUTAR DOS RECURSOS ORIUNDOS DO ICMS SOCIOAMBIENTAL	Em análise	Reuniões foram feitas com municípios vizinhos, procurando sanar este problema	
IMPLANTAR AS AÇÕES NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DAS NORMAS SOBRE TRANSPARÊNCIA	Implantado	O município implantou novos sistemas visando melhorar o acesso as informações	Durante o exercício de 2017, foi implantado sistema com o objetivo de facilitar as informações necessárias a visualização do cidadão.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

PÚBLICA, INCLUSIVE QUANTO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À DIVULGAÇÃO DOS DADOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E À IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO.			
ENCAMINHAR TEMPESTIVA E CONSISTENTEMENTE AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO TCE-PE PARA COMPOSIÇÃO DO SAGRES	Implantado parcialmente	Foi atendido o calendário do sagres contábil, já o sagres pessoal está sendo aprimorado para regularizar o envio.	As dificuldades encontradas no banco de dados disponibilizado para a gestão fez com que os dados de 2016 sofressem atraso, está sendo corrigido.
PROCESSO TC Nº: 1450054-1 (EXERCÍCIO 2013)			
REALIZAR CORRETAMENTE OS REGISTROS CONTÁBEIS A FIM DE EVITAR DISTORÇÕES E INCONSISTÊNCIAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	Implantado	Tratamos dos relatórios de 2017, onde foi implantado uma modalidade que permite facilitar a transparência na apresentação dos dados.	Em meio as dificuldades encontradas pelo setor contábil, o município tem procurado zelar pela transparência e confiabilidade dos relatórios apresentados aos órgãos competentes.
ATENTAR PARA OS PRAZOS DE REMESSA DOS DADOS AO SISTEMA SAGRES, DESTA CORTE DE	Implantado parcialmente	Foi atendido o calendário do sagres contábil, já o sagres pessoal está sendo aprimorado para regularizar o envio.	As dificuldades encontradas no banco de dados disponibilizado para a gestão fez com que os dados de 2016 sofressem atraso, está sendo corrigido.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

CONTAS;			
ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO;	Em análise		
ELABORAR PLANO INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;	Em análise	Reuniões foram feitas com municípios vizinhos, procurando sanar este problema	
DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E NO ART. 8º, § 1º A 3º DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI Nº 12.527/2011, DISPONIBILIZANDO EM MEIO ELETRÔNICO DE ACESSO PÚBLICO AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE COLETIVO OU GERAL ALI EXIGIDAS, ASSEGURANDO A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA;	Implantado	O município implantou novos sistemas visando melhorar o acesso as informações	Durante o exercício de 2017, foi implantado sistema com o objetivo de facilitar as informações necessárias a visualização do cidadão.
ELABORAR, ANUALMENTE, A REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA;	O município fez opção pelo Regime Geral de Previdência Social		
APRIMORAR A COBRANÇA	Em andamento	Em fase de estudo para	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

DOS CRÉDITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL		implantação de um sistema mais eficiente.	
EVITAR A ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS DE CURTO PRAZO SEM LASTRO FINANCEIRO, QUE AFETAM O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.	Implantado parcialmente	Em 2017 foram efetuados pagamentos não previstos isso comprometeu o planejamento financeiro, está sendo feito esforços para solucionar tal situação	
ABSTER-SE DE EMPREGAR RECURSOS DO FUNDEB PARA O PAGAMENTO DAS DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR SEM LASTRO FINANCEIRO E, CASO JÁ O TENHA FEITO, SEJA O SALDO DA CONTA DO REFERIDO FUNDO RECOMPOSTO EM MONTANTE EQUIVALENTE AO VALOR DESPENDIDO.	Implantado	O município cumpre integralmente a legislação do fundeb em vigor	O município de Jatobá atende na sua totalidade os requisitos estabelecidos na lei do fundeb.
ELABORAR INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA SAÚDE DE ACORDO COM OS REQUISITOS LEGAIS NA PORTARIA GM/MS Nº 3.332/06;	Em análise.		
ELABORAR	implantado	Foi elaborado o decreto com	O município elaborou em atendimento a legislação



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO.		previsão da programação financeira	vigente, a programação financeira para 2017.
PROCESSO TC Nº: 1250096-3 (EXERCÍCIO 2011)			
ATENTAR PARA O ESTRITO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS VIGENTES, EM ESPECIAL AQUELE REFERENTE AO REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES	Corrigido	.o município cumpriu com as determinações legais quanto ao repasse dos duodécimos, observando também as datas estabelecidas.	O setor financeiro vem observando com rigor as datas e os valores a serem transferidos para o legislativo.
CORRIGIR AS FALHAS APONTADAS PELA AUDITORIA NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	implantado	O município atendeu a legislação vigente no ato da elaboração da LDO, para o exercício de 2018.	Seguindo as determinações legais estabelecidas pela LRF, o município vem aprimorando os demonstrativos cuidando alcançar os requisitos legais.
REALIZAR CORRETAMENTE OS REGISTROS CONTÁBEIS A FIM DE EVITAR DISTORÇÕES E INCONSISTÊNCIAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS;	Implantado	O setor contábil tem observado as mudanças na legislação	O setor de contabilidade tem implantado ações visando atender aos requisitos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ENVIAR OS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DOS PRAZOS LEGALMENTE PREVISTOS;			
ADEQUAR OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE À LEGISLAÇÃO VIGENTE	Em fase de elaboração		
ELABORAR A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS E O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – RAG DE ACORDO COM AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 3º E 4º, DA PORTARIA GM/MS Nº 3.332/06;			
ACOMPANHAR O REPASSE TEMPESTIVO E INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS	implantado	Tem o setor de recursos humanos juntamente com o financeiro acompanhado o envio de informações e	A gestora acompanha todos os meses os pagamentos das guias de GPS, cuidando para que o cada servidor não venha a ficar prejudicado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

PELO ENTE PATRONAL AO RGPS		processamento dos pagamento mensalmente, inclusive a gestão fez alguns parcelamentos de débitos visando a garantia dos servidores.	
-------------------------------	--	---	--

Jatobá PE, 31 de dezembro de 2017

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.